

Protocolo 11- 83.892/2023

De: Clelia S. - SPU - CEIV

Para: Representante: Deise Soares Fumoto

Data: 11/10/2023 às 15:49:59

Setores envolvidos:

SGA - DEPE, SPU - DAP, SFA - CPD, SPU - CEIV, SPU - DAP - DIAP, SPU - DAP - ADM, SPU - CEIV - MEM

Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)

Prezada,

segue parecer de análise do EIV para ciência e providências.

Att.

—

Clelia Witt Saldanha - MATRÍCULA PMBC 40.815

Fiscal de Obras II - SPU Presidente CEIV - Decreto 10.915/2022

Anexos:

PARECER_034_2023_SPACE_ADVENTURE_1_Analise_Prot_83892_2023.pdf

PARECER 034/2023 - CEIV
COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA
(CEIV)

(X) Primeira Análise – Parecer nº 034/2023-CEIV - 11/10/2023

Processo Administrativo nº: 83892/2023 (1Doc)

Empreendedor: Discover Atrativos Turísticos S.A. (CNPJ nº 37.724.470/0001-08)

Projeto: Parque Temático - Space Adventure

Área do empreendimento: 3.919,79 m²

Área total do Terreno: 7.738,95 m²

Descrição do empreendimento:

População Máxima Estimada: 1.369 pessoas

Vagas de Estacionamento: 86 vagas (2 vagas PNE, 4 vagas Idoso, 10 vagas motos, 1 vaga carga/descarga e **XX vagas de** embarque/desembarque)

Endereço: Avenida das Flores, s/nº, eq. Ruas Acre, Rondônia e Bahia e Rio Grande do Norte - Bairro dos Estados

Uso: Comercial / Serviços / Entretenimento

Zona: ZACC- II A, ZAN- I e ZAN- III

Cadastro Municipal (DIC): 28322

Investimento previsto: 2.533,19 CUB's

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 10.915, de 03 de agosto de 2022 e suas alterações, que dispõe sobre a reformulação da Comissão Permanente que Analisa os Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV),

CONSIDERANDO o Despacho e_9 – 83.892/2023, que encaminhou o Estudo de Impacto de Vizinhança para o empreendimento denominado SPACE ADVENTURE – Parque Temático, sendo um empreendimento transitório (com previsão de funcionamento no local por 36 meses), de propriedade da pessoa jurídica Discover Atrativos Turísticos Ltda, inscrita sob CNPJ nº 37.724.470/0001-08, enquadrado no Art. 54, inciso VII da Lei nº 2794/2008,

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa 001/2019 – SPU orienta que a atuação da CEIV se restringe a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e suportados pela vizinhança de carácter meramente opinativo,

Após análise do Estudo de Impacto de Vizinhança apresentado, considerando o Termo de Referência da Lei Municipal n.º24/2018, a CEIV faz as seguintes considerações:

1. Apresentar projeto arquitetônico com indicação das áreas a serem pavimentadas (calçadas, vagas de estacionamentos, etc.);

2. No último parágrafo da pág. 28, do EIV, rever a informação: “A taxa de ocupação então será de 315 pessoas por m²”;
3. No item 2.8. Terraplanagem (pág. 33) informa que não haverá aterro, porém na pág. 148 do EIV, cita que o “projeto civil prevê aterro na área do empreendimento, incrementando à cota do terreno em 1,20 metros”. Rever;
4. No item 2.14 Geração de Emprego e Renda, adequar conforme TR, indicando o nº de postos de trabalho na implantação. Nas fases de implantação e operação, indicar as remunerações médias previstas;
5. O cálculo do valor de investimento apresentado em planilha orçamentária deverá ser acompanhado de ART/RRT, conforme estabelece o §5º, do art. 6º, da Lei Complementar Nº 24/2018;
6. Conforme citado no item 3.3.3.3 do EIV (pág. 137), a área do empreendimento “apresenta suscetibilidade média a eventos de inundações, alagamentos e assoreamentos”, logo, apresentar medidas mitigadoras;

Com relação aos itens 2.12 - Sistema Viário e o Empreendimento / 3.6 Sistema Viário da Área de Vizinhança:

7. Em 2.12.1.1. Características do empreendimento:

Necessário compatibilizar o quantitativo das vagas citados no item 2.12.1.1/2.12.1.3, com o constante na tabela 1, página 27 do EIV;

8. Em 2.12.1.3. Estacionamentos/Projeto das vagas de estacionamento:

8.1. O recuo de embarque/desembarque, de mais de 30 m de comprimento, na Avenida das Flores, indicado na figura 39 do EIV e no projeto arquitetônico, deverá ser autorizado pelo Departamento de Engenharia de Tráfego, da Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito, além das medidas do passeio público, pela Secretaria de Planejamento Urbano (SPU);

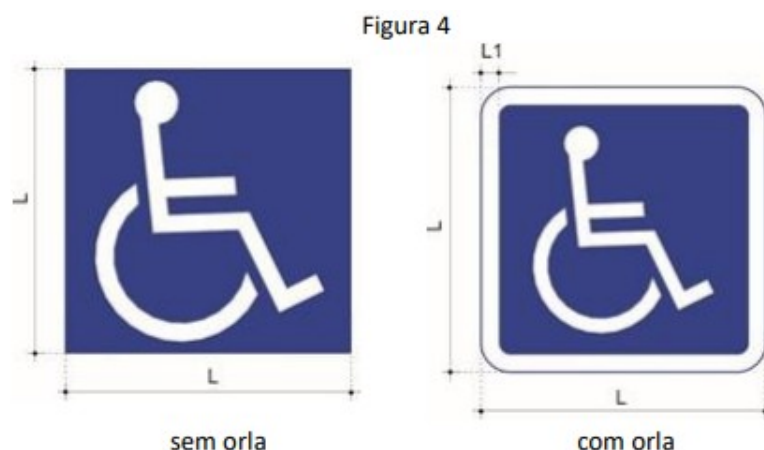
8.2. O recuo de embarque/desembarque, na Avenida das Flores, não deverá suportar a parada de 1 ônibus + 3 carros, visto que poderia causar transtornos na única faixa de trânsito existente na Avenida das Flores, devido as operações de manobras/marcha ré pela via pública. Necessário reduzir o número de veículos;

8.3. Os ônibus, após realizarem o embarque/desembarque, na Avenida das Flores, irão ficar estacionados em qual local? OBS: De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, a parada de embarque/desembarque é a imobilização do veículo com a finalidade e pelo tempo estritamente necessário para efetuar embarque ou desembarque de passageiros;

8.4. O estacionamento será pavimentado? OBS: As vagas para estacionamento de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência devem ter piso regular e estável, além de ter rota acessível e a devida sinalização vertical e horizontal;

- 8.5. As sinalizações horizontais das vagas do estacionamento deverão ser brancas e não amarelas. Ademais, necessário cotar as dimensões das vagas no projeto (largura x comprimento);
- 8.6. O número de vagas de idosos (5%), deverá ser de, no mínimo, 5 vagas, visto que o arredondamento é para cima. OBS: na prancha do projeto, referente ao estacionamento, já está previsto as 5 vagas. Compatibilizar o texto do EIV;
- 8.7. Aumentar o comprimento da vaga de carga/descarga para 8,0 metros, além de criar uma área de proteção de estacionamento (zebrado), separando a vaga de carga/descarga da vaga de PNE;
- 8.8. Os vãos de passagens (portões de acesso) deverão ter a largura mínima de 6,0 m. Obs: A largura mínima de uma faixa de trânsito, por sentido, é 3,00 m, sendo a recomendável a de 3,50 m;
- 8.9. Acrescentar, na prancha, as larguras dos rebaixos do meio-fio, nos respectivos acessos, além de indicar a largura e altura dos portões de entrada/saída do empreendimento;
- 8.10. Compatibilizar o número de acessos pela Rua Rio Grande do Norte. No EIV, cite-se 4 opções de entrada e saída, enquanto no projeto arquitetônico, existem 5 opções.
- 8.11. Rever as sinalizações das vagas de PNE e de idosos, conforme Resolução Contran nº 965/2022 (anexos) e imagens a seguir:

8.12. Rever as sinalizações/dimensões do Símbolo Internacional de Acesso – SAI e das numerações das vagas PNE, conforme Resolução Contran nº 965/2022 (anexos) e imagens a seguir:

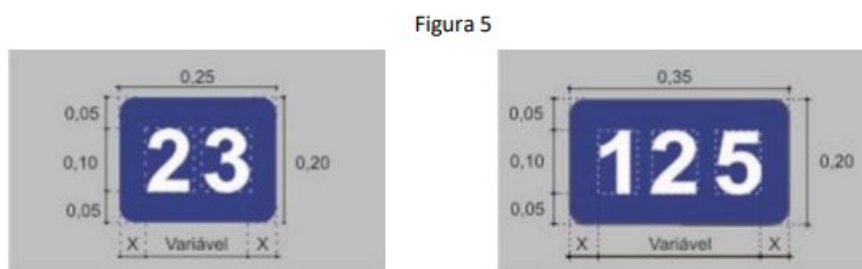


Quadro 1 – Características do Símbolo Internacional de Acesso (SIA)

Dimensões	Lado – L(m)	Orla – L1(m)	Cor
Mínimas	0,80	0,04	Fundo azul
Recomendadas	1,0	0,05	Pictograma e orla externa brancos

1.4. Numeração

Todas as vagas reservadas em áreas de estacionamento privado de uso coletivo devem ser numeradas. O numeral deve ter altura de 0,10m, na cor branca, inserido num retângulo azul, conforme exemplo de aplicação da Figura 5, exceto quando o pavimento for também azul, conforme Figura 6.



8.13. Acrescentar, nas pranchas das vagas de estacionamento, todas as sinalizações verticais de regulamentação das vagas específicas (PNE, idoso, carga/descarga e motos), conforme Manual de Sinalização Vertical do Contran (Volume I), anexos da Resolução Contran nº 965/2022 e imagens a seguir:



8.14. Acrescentar, nas pranchas das vagas de estacionamento, o trajeto de rota acessível das pessoas PNE, desde a vaga de PNE, de acordo com as diretrizes de rota acessível expostas na NBR 9050;

8.15. Além de atualizar as vagas (sinalizações, dimensões e/ou numeração) nas pranchas, é necessário colocar no texto do EIT/EIV, que respeitará e cumprirá as seguintes referências:

- Dimensões e sinalização das vagas gerais (simples, carga/descarga) de automóveis e motociclistas deverão respeitar os Manuais de Sinalização Vertical e Horizontal do Contran (Volume I e IV), regulamentados pela Resolução Contran nº 973/2022;
- Dimensões, sinalização e numeração das vagas PNE e de idosos (automóveis) deverão respeitar a Resolução Contran nº 965/2022 e anexos;
- Dimensões e sinalização das vagas para bicicletas deverão respeitar o Manual de Sinalização Ciclovitário do Contran (Volume VIII), regulamentado pela Resolução Contran nº 973/2022;

9. Em 2.12.1.4. Acessos / 2.12.1.5. Rotas de acesso:

9.1. Inserir informação sobre a existência ou não de controladores de acesso em todos os acessos veiculares da Rua Rio Grande do Norte. Salienta-se que, como o comprimento da via é pequeno, o uso de cancelas/guaritas, poderá gerar acúmulo de fluxo veicular na via, podendo ocasionar transtornos ao trânsito. Recomenda-se fluxo contínuo de acesso, com controle posterior a entrada do veículo;

9.2. Em caso de uso de controladores de acesso, necessário demonstrar, no projeto arquitetônico, em prancha específica, as faixas de acumulação nos acessos veiculares, indicando a extensão e a capacidade (número de veículos) das faixas de acumulação, conforme previsto no item 2.12.1 do Anexo I, da Lei Complementar nº 24/2018;

9.3. Indicar a largura da Rua Rio Grande do Norte, de sentido bidirecional, a ser qualificada pelo empreendimento;

9.4. Indicar, de maneira mais detalhada, nos projetos, os tipos de acesso por veículos

e pedestres ao empreendimento. De acordo com o Art. 40 da Lei Municipal 2794/2008, os acessos para veículos e pedestres devem ser independentes;

9.5. Necessário colocar nas pranchas e no texto do EIV, que todos os acessos veiculares, tanto na implantação, como na operação, terão dispositivos luminosos e sonoros, indicando a entrada e saída de veículos;

9.6. Acrescentar, no EIV e nos projetos, a sinalização vertical de proibição de parada e estacionamento (placa de regulamentação R-6c), em ambos os lados, na Rua Rio Grande do Norte. Deverá ser incluso como medida mitigadora, a ser implementada na fase de operação;

9.7. Acrescentar, no EIV e nos projetos, a sinalização vertical de proibição de parada e estacionamento (placa de regulamentação R-6c), do lado esquerdo da via, na Rua Bahia. Deverá ser incluso como medida mitigadora, a ser implementada na fase de operação;

9.8. Acrescentar, no EIV e nos projetos, a sinalização vertical de 02 placas de proibição de estacionamento (placa de regulamentação R-6a), com a legenda "EMBARQUE/DESEMBARQUE", do lado direito da via, na Rua Bahia. Deverá ser incluso como medida mitigadora, a ser implementada na fase de operação. Segue imagem ilustrativa:



10. Em 2.12.1.6 Geração de Viagens:

Rever/explicar ou compatibilizar a equação utilizada na tabela 4, constante na página 54 do EIV. As viagens geradas (V) de 116, foi resultado da multiplicação de 2,74 por X? Qual valor utilizado para X?;

11. Em 3.6.1.1. Sistema viário atual - "e) Caracterização das vias":

Acrescentar no mapa indicativo dos Polos Geradores de Viagens, constante na página

188 do EIV, o empreendimento Aventura Jurássica;

12. Em 3.6.1.2. Serviço de transporte coletivo:

Acrescentar informações sobre a política tarifária atual dos serviços de transporte coletivo existentes (municipais e intermunicipais);

13. Em 3.6.1.3. Sistema ciclovitário:

Atualizar os dados da infraestrutura ciclovitária existente no município, constante no 2º parágrafo do item 3.6.1.3. Deverá ser utilizado os dados do Mapa Ciclovitário Municipal – versão 2023;

14. Em 3.6.1.4. Sistema pedonal:

14.1. Compatibilizar as informações sobre a infraestrutura pedonal existente na Rua Bahia. Informações conflitantes existentes nos 1º e 3º parágrafos;

14.2. Acrescentar os medidores de fiscalização eletrônica de velocidade (controladores e/ou redutores) existentes na região, na figura 214 (página 199 do EIV);

15. Em 3.6.1.7. Contagens de tráfego:

Necessário explicar se foi utilizado fator de correção/ajustamento nos dados de contagens de tráfego, coletados no dia 22 de julho de 2023, visto não ter acontecido no período de alta temporada de verão (dezembro a março), onde existe um maior fluxo veicular e de visitantes na cidade. Caso tenha utilizado, necessário referenciar no texto do EIV. Caso não tenha sido utilizado, necessário verificar a possibilidade de aplicação de fator de correção/ajustamento nos dados de tráfego coletados;

16. Em 3.6.1.8. Alocação de viagens:

16.1. Compatibilizar/Rever os dados constantes na tabela 14, página 203 do EIV. As viagens alocadas não deveria ser 39 veic/h, ao invés de 29 veic/h?

16.2. Acrescentar tabela de alocação de viagens geradas por produção;

16.3. Compatibilizar/Explicar o último parágrafo do item, especialmente o que diz “todas as viagens de produção foram alocadas no Movimento 2 (40 veic/h)”. Seria 40 veic/h mesmo?

17. Em 3.6.1.9. Projeção do tráfego - “b) Projeção futura”:

Rever ou explicar os dados do movimento 1, constantes na tabela 17 – Projeção Futura de Tráfego, página 207 do EIV. No EIV e no projeto arquitetônico, está previsto área de embarque/desembarque de 30,0 metros de comprimento na Avenida das Flores. Como isso não afetaria os dados de tráfego futuro do movimento/vetor 1, com ou sem o empreendimento?;

18. Em 3.6.1.10. Análise de tráfego

a) metodologia:

18.1. Rever/Explicar as informações que diz as metodologias utilizadas foram a metodologia do HCM para cruzamentos semaforizados, visto que os pontos de contagens estudados não são semaforizados;

18.2. Em I. Cálculo de Capacidade, rever/explicar a metodologia e a equação utilizada (metodologia de cruzamentos semaforizados?);

18.3. Em II. Nível de Serviço em Interseção Prioritária, não deveria ser II. Fluxos ininterruptos? Rever texto/informações do capítulo todo ou explicar;

b) Pontos de análise:

Rever/Explicar os dados do ponto 2 (ano 2034), cujo valor de d(s) está 16,211 e seu LOS está classificado como A.

19. Em relação a Paisagem urbana, a CEIV entende ser necessário realizar a análise da relação entre a área privada e a pública (calçadas) da edificação com a Avenida das Flores e as demais ruas (Rondônia, Acre) focando na criação de atratividade e vitalidade nestas áreas de transição. A abordagem deve focar em relação ao impacto (positivo ou negativo) que o empreendimento possa causar na segurança, vitalidade e atratividade que os pedestres experimentam ao andarem pela rua. Como se dará a integração das fachadas do empreendimento e a inter-relação destes espaços?
20. Com relação ao monitoramento da pressão sonora (item 6.5.5.2) solicitamos que a análise dos níveis de pressão sonora, além do programa de gerenciamento e monitoramento de ruídos na qual prevê medições futuras com o empreendimento em funcionamento, apresentar a avaliação do nível de ruído atual do local, indicando metodologia e pontos amostrais;

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS – MATRIZ E MEDIDAS MITIGADORAS – apontamentos desta Comissão:

FASE DE IMPLANTAÇÃO

21. Impacto “Alteração da qualidade do ar” - a CEIV entende que as medidas apresentadas não permitem uma mitigação de 50%. Rever o percentual de mitigação;
22. Impacto “Alteração do padrão de escoamento da água na superfície do solo – entende-se que a abrangência é AVD “3”, pois o aterro de 1,20 e a implantação do empreendimento de 3.919,79 m² trarão interferência no padrão natural de escoamento das águas na quadra. Ainda, sobre o percentual de mitigação, indicar quais serão as obras de drenagem a serem executadas;
23. Impacto “Aumento da circulação e demanda de vagas de estacionamento no entorno do empreendimento”, entende-se que a importância é alta (5) e parcialmente reversível (3).

Ainda, é necessário apresentar, no projeto do canteiro de obras, em prancha específica, os raios de giro (com valores: ângulos, cotas – expresso de forma técnica, conforme normas CONTRAN/DEINFRA, para a tipologia do veículo) dos veículos pesados, incluindo o de acesso à Rua Rio Grande do Norte. Quais os tipos de veículos serão utilizados (dimensões) no transporte e içamento das estruturas? Descrever também como será esquema de segurança viária para se garantir que toda operação ocorra sem perigo para transeuntes. Ademais, incluir como medidas mitigadoras:

- Organizar as viagens de carga durante a obra de forma que não ocorram simultaneamente, sendo espaçadas ao longo do tempo, a fim de impedir fluxos de veículos de carga concentrados em pequenos períodos;
- Implantação dos dispositivos luminosos e sonoros, indicando a entrada e saída de veículos, em todos os acessos;
- Implantação da sinalização adequada para orientação do tráfego, respeitando as diretrizes do Manual de Sinalização Temporária de Obras do CONTRAN (Volume VII);

Obs.: Notificar a Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito, com no mínimo 48 horas de antecedência, de evento que possa interferir no fluxo viário, mesmo que seja de maneira parcial e temporária, respeitando o artigo 95 da Lei Federal nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro e o artigo 6 do Decreto Municipal nº 4020/2004;

24. Para o impacto "Pressão no sistema de drenagem", considerando a impermeabilização da área entende-se que a importância é ALTA (5), irreversível (5) e o prazo permanente (5). Rever;
25. Para o impacto "Vulnerabilidade a alagamentos" entende-se que a expectativa de ocorrência é CERTA "3" e que as medidas apresentadas não representam o percentual de mitigação de 50%. Apresentar medidas efetivas para minimizar o impacto na vizinhança;
26. Impacto "Deterioração das vias" pela movimentação de veículos pesados, a importância é alta (5) e parcialmente reversível (3). Ainda, incluir como medidas mitigadoras:
- Elaboração de Estudo Cautelar para registro das condições das vias do entorno (atual); Impedir o estacionamento de caminhões ou a descarga de materiais em locais indevidos, prejudicando o tráfego local;
 - Evitar o trânsito de máquinas, equipamentos e caminhões em horários de pico;
 - Realizar as manobras, cargas e descargas de materiais dentro do lote - canteiro de obras.

FASE DE OPERAÇÃO:

27. Explicar como o impacto "aumento circulação de pessoas" será mitigado com a

- implantação de 30 vagas para bicicletas, pois a circulação de pessoas ocorrerá da mesma forma;
28. Avaliar impactos referentes aos aspectos de ruído, iluminação (emissão de iluminação por parte do empreendimento);
- 29.
- a.
30. No item Índice sobre os Recursos Naturais – ISRN, o estudo apresentou valoração "1 – impacta os recursos naturais e o empreendimento é demanda reprimida no município", justificar com dados a demanda reprimida ou considerar o ISRN como "2 – Impacta os recursos naturais e o empreendimento não é demanda reprimida no município".
31. No item Índice de Comprometimento da Infraestrutura da Vizinhança (ICIV), o estudo apresentou valoração "0 – *infraestrutura da vizinhança não está comprometida e empreendimento ou mitigações contribuem com as melhorias nestes serviços* - a CEIV entende que a valoração justa do empreendimento deve ser "3 – *infraestrutura da vizinhança está comprometida e o empreendimento não possui medidas mitigadoras efetivas*", ou, aguarda-se que sejam apresentadas medidas mitigadoras que mudem a valoração para "2".
32. Conforme Art. 13 da Lei Municipal n.º 4107/2018 na implantação de novos empreendimentos deverá ser formulado, pelo empreendedor, projeto de arborização urbana, de acordo com as normas previstas pela aludida Lei. Desta forma, apresentar o projeto de arborização urbana das áreas de passeio público do empreendimento.

Finalmente, cumpre ressaltar, em consonância com a LC nº 24/2018:

Art. 11, § 1º: O EIV será arquivado definitivamente, na hipótese do empreendedor não prestar esclarecimentos, ou deixar de atender a qualquer das solicitações, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa técnica, a contar do despacho da CEIV.

Na definição das medidas mitigatórias, estas devem ser efetivas, sendo necessária a comprovação de cumprimento das mesmas através da apresentação de relatório, em cumprimento às disposições dos artigos 16 e 17, da LC nº 24/2018:

*Art. 16 No pedido de certidão de habite-se, o empreendedor deverá comprovar à CEIV, o recolhimento aos cofres públicos municipais, da medida compensatória, e o **Relatório de Cumprimento das medidas mitigatórias**.*
(grifo do autor)

Parágrafo único. As medidas compensatórias, resultantes do não cumprimento de medidas mitigatórias, previstas no art. 17, deste diploma legal, deverão ser pagas em uma única parcela, num prazo máximo de 10 (dez) dias, a serem contados a partir da notificação da CEIV ao empreendedor.

*Art. 17 Verificado pela CEIV, o descumprimento da execução de qualquer medida mitigatória, estará o empreendedor sujeito a notificação, com direito a regularização em até 5 (cinco) dias úteis, sendo que, **pelo não cumprimento ou na reincidência**, será estabelecida medida compensatória, considerando 10 (dez) vezes o valor proporcional a medida mitigatória não executada. (grifo do autor)*

As correções acima devem ser apresentadas através de ofício com respostas a cada item (se aprovadas, inseridas no EIV final) de forma de arquivo digital.

A análise do Estudo de Impacto de Vizinhança não dispensa as demais licenças e autorizações cabíveis.

Balneário Camboriú, 11 de outubro de 2023.

Michela Denise Parno
Secretária

CLELIA WITT SALDANHA (Presidente)

MARIA HELOÍSA B. C. FURTADO LENZI –
SEMAM (Vice-presidente)

LEANDRO GRZYBOWSKI DA SILVA - SEMAM
(membro)

MATHEUS LOBÃO DE CARVALHO – Eng.º
Tráfego (membro)

MAURINO ADRIANO VIEIRA (membro)

WALTER H. GRUETER NETO - SPU (membro)

TANYARA TRETTIN CAMPELLO – SPU
(membro da CEIV)

Obs.: este parecer é assinado digitalmente, sendo válido somente com as assinaturas.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 406A-4FB4-C908-9A5B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLELIA WITT SALDANHA (CPF 801.XXX.XXX-34) em 11/10/2023 15:50:29 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MATHEUS LOBÃO DE CARVALHO (CPF 429.XXX.XXX-84) em 11/10/2023 16:04:27 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



WALTER HERBERT GRUETER NETO (CPF 007.XXX.XXX-19) em 11/10/2023 17:55:30 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MAURINO ADRIANO VIEIRA (CPF 907.XXX.XXX-00) em 16/10/2023 12:44:31 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LEANDRO GZYBOWSKI DA SILVA (CPF 044.XXX.XXX-84) em 16/10/2023 14:16:46 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MICHEL DENISE PARNO (CPF 004.XXX.XXX-24) em 17/10/2023 20:10:27 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



TAYNARA TRETTIN CAMPELLO (CPF 024.XXX.XXX-96) em 19/10/2023 15:53:55 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/406A-4FB4-C908-9A5B>